

[Página inicial](#) / [Meus cursos](#) / [Comando-Geral](#) / [COGER](#)
/ [Curso de Atualização Profissional em Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar - FATD](#) / [Pesquisas e Avaliação Final](#)
/ [Avaliação Final do Curso](#)

Iniciado em	quarta, 24 Abr 2024, 14:56
Estado	Finalizada
Concluída em	quarta, 24 Abr 2024, 15:19
Tempo empregado	22 minutos 56 segundos
Notas	20,00/20,00
Avaliar	10,00 de um máximo de 10,00(100%)
Comentários	Parabéns pela Conclusão da Avaliação Final!!!

Questão **1**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre o Princípio da Ampla Defesa e Contraditório, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. Previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, faculta ao acusado, durante toda a instrução processual, acompanhar o processo. Assim, efetivamente deve lhe ser garantido participar dos atos produzidos e possibilitar-lhe a utilização de todos os meios de defesa admitidos pelo ordenamento jurídico. ✓
- b. ✓
- O militar acusado em FATD tem o direito de saber quais são os fatos que lhe foram imputados como transgressão disciplinar, quais os elementos que lhe atribuem a autoria, quais as provas que já existem e as que devem ser produzidas. Ciente de tudo, deve ter a oportunidade de contrapor as acusações e produzir provas em seu favor.
- c. ✓
- A ampla defesa** fornece aos acusados em geral o amparo necessário para que levem ao processo (...) os argumentos necessários para **esclarecer a verdade**, ou, se for o caso, faculta-lhes calar-se, não produzindo provas contra si mesmos.

d.

Do ato produzido pelo encarregado do FATD não caberá direito ao acusado dele participar, apresentar outra versão que lhe convenha ou, ainda, não poderá fornecer uma interpretação dos fatos diversa daquela feita pela acusação.

e.

Deve ser assegurado ao militar estadual o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de advogado/defensor, arrolar e participar da inquirição de testemunhas, produzir provas e contraprovas, bem como formular quesitos quando se tratar de prova pericial.



f.

O **princípio do contraditório**, que é inerente ao direito de defesa, é decorrente da bilateralidade do processo: quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra, dando-se-lhe **oportunidade de resposta**. Ele supõe o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação.



Sua resposta está correta.

Por isso, por exemplo, é fundamental que o Encarregado informe ao Acusado a data, horário e local das oitivas dos acusadores/ofendidos e testemunhas com antecedência suficiente que lhe permita, caso queira, se fazer presente (mínimo 48h). Da mesma forma, sobre eventual produção de provas das quais o acusado possa participar de alguma maneira.

As respostas corretas são: Previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, faculta ao acusado, durante toda a instrução processual, acompanhar o processo. Assim, efetivamente deve lhe ser garantido participar dos atos produzidos e possibilitar-lhe a utilização de todos os meios de defesa admitidos pelo ordenamento jurídico. ,

O militar acusado em FATD tem o direito de saber quais são os fatos que lhe foram imputados como transgressão disciplinar, quais os elementos que lhe atribuem a autoria, quais as provas que já existem e as que devem ser produzidas. Ciente de tudo, deve ter a oportunidade de contrapor as acusações e produzir provas em seu favor.,

Deve ser assegurado ao militar estadual o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de advogado/defensor, arrolar e participar da inquirição de testemunhas, produzir provas e contraprovas, bem como formular quesitos quando se tratar de prova pericial.,

A ampla defesa fornece aos acusados em geral o amparo necessário para que levem ao processo (...) os argumentos necessários para **esclarecer a verdade**, ou, se for o caso, faculta-lhes calar-se, não produzindo provas contra si mesmos.,

O **princípio do contraditório**, que é inerente ao direito de defesa, é decorrente da bilateralidade do processo: quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra, dando-se-lhe **oportunidade de resposta**. Ele supõe o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação.

Questão **2**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00

Sobre as principais situações identificadas como sendo aquelas que produzem nulidade em um FATD, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

- a. Com base no discutido sobre a Competência Disciplinar, o comandante de determinada Unidade pode determinar a instauração e decidir o FATD no qual ocupa a posição de ofendido.
- b. ✓
As oitivas de testemunhas devem ser feitas de maneira criteriosa e o Encarregado deve se esforçar para colocar no papel aquilo que foi dito, nos termos utilizados pela pessoa ouvida. O ato de simplesmente "copiar e colar" os testemunhos, que ficam com redação igual, é um fato de descrédito na apuração disciplinar.
- c. ✓
O desvio de procedimento é a utilização de um procedimento inadequado para obtenção de um resultado que deveria ser realizado por outras vias.
- d. ✓
É possível dizer que o Relato do Fato Imputado é uma das principais peças do FATD, posto que quando redigido de maneira genérica ou incompleta fatalmente irá comprometer a produção de provas.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: É possível dizer que o Relato do Fato Imputado é uma das principais peças do FATD, posto que quando redigido de maneira genérica ou incompleta fatalmente irá comprometer a produção de provas., As oitivas de testemunhas devem ser feitas de maneira criteriosa e o Encarregado deve se esforçar para colocar no papel aquilo que foi dito, nos termos utilizados pela pessoa ouvida. O ato de simplesmente "copiar e colar" os testemunhos, que ficam com redação igual, é um fato de descrédito na apuração disciplinar., O desvio de procedimento é a utilização de um procedimento inadequado para obtenção de um resultado que deveria ser realizado por outras vias.

Questão **3**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre a Anulação dos Atos previstos no CPPM, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

 a.

A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação ficará sanada com o comparecimento do interessado antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz com o único fim de argui-la.

 b.

Nenhuma das partes poderá arguir a nulidade a que tenha dado causa ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interessa.

 c.

A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação não ficará sanada com o comparecimento do interessado em juízo.

d.

Substituindo a citação nula pelo comparecimento do réu, o certo é que, se não convalidou a citação nula, a relação processual foi convalidada, não se declarando a nulidade do processo.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Nenhuma das partes poderá arguir a nulidade a que tenha dado causa ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interessa.,

A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação ficará sanada com o comparecimento do interessado antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz com o único fim de argui-la.,

Substituindo a citação nula pelo comparecimento do réu, o certo é que, se não convalidou a citação nula, a relação processual foi convalidada, não se declarando a nulidade do processo.

Questão **4**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre o Módulo I, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

 a.

Dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal derivam uma série de princípios, muitos deles aplicáveis ao processo administrativo disciplinar.

 b.

O Princípio do devido processo legal diz que nenhuma decisão gravosa a um militar estadual poderá ser imposta sem que, antes, tenha sido submetido a um processo cujo procedimento esteja previamente previsto em normativa jurídica própria.

 c.

O Princípio do devido processo legal, previsto no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, é considerado o princípio fundamental do processo administrativo, eis que se configura a base sobre a qual os demais se sustentam.



d. A Constituição Federal, também chamada de Carta Magna, é o conjunto de regras e princípios supremos do ordenamento jurídico de um país, limitando poderes, organizando o Estado e definido direitos e garantias fundamentais. ✓

e. ✓

O Princípio do devido processo legal diz que nenhum militar estadual pode ser responsabilizado administrativamente por suposta falta disciplinar cometida sem que lhe tenha sido concedida ampla oportunidade de comprovar sua inocência ou justificar a transgressão praticada conforme a sequência de atos estabelecidos na normativa do FATD e demais relacionadas.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: A Constituição Federal, também chamada de Carta Magna, é o conjunto de regras e princípios supremos do ordenamento jurídico de um país, limitando poderes, organizando o Estado e definido direitos e garantias fundamentais. ,

Dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal derivam uma série de princípios, muitos deles aplicáveis ao processo administrativo disciplinar.,

O Princípio do devido processo legal, previsto no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, é considerado o princípio fundamental do processo administrativo, eis que se configura a base sobre a qual os demais se sustentam.,

O Princípio do devido processo legal diz que nenhuma decisão gravosa a um militar estadual poderá ser imposta sem que, antes, tenha sido submetido a um processo cujo procedimento esteja previamente previsto em normativa jurídica própria.,

O Princípio do devido processo legal diz que nenhum militar estadual pode ser responsabilizado administrativamente por suposta falta disciplinar cometida sem que lhe tenha sido concedida ampla oportunidade de comprovar sua inocência ou justificar a transgressão praticada conforme a sequência de atos estabelecidos na normativa do FATD e demais relacionadas.

Questão **5**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Competência Disciplinar**

Se vários forem os militares estaduais apontados como autores da prática de uma ou de várias transgressões dentro de um mesmo contexto, é possível ser expedido FATD para todos eles, assim como funciona o regra para os Conselhos de Disciplina, que pode ter mais de um acusado por processo disciplinar.

Escolha uma opção:

- Verdadeiro
- Falso ✓

A resposta correta é 'Falso'.

Questão **6**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00

É possível suprir os vícios de Nulidade estudados no Módulo III?

Escolha uma opção:

Verdadeiro ✓

Falso

A resposta correta é 'Verdadeiro'.

Questão **7**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre o Princípio da Presunção de Inocência, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. Consagrado no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. ✓
- b. ✓
É importante destacar que o ônus de provar a responsabilidade do militar estadual é da Administração Pública.
- c. ✓
A dúvida sempre deve ser interpretada em favor do Acusado. Se não foi possível atribuir-lhe a autoria de prática de transgressão disciplinar acima de qualquer dúvida razoável, deve ser considerado inocente e arquivado o FATD.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: Consagrado no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. ,
É importante destacar que o ônus de provar a responsabilidade do militar estadual é da Administração Pública.,
A dúvida sempre deve ser interpretada em favor do Acusado. Se não foi possível atribuir-lhe a autoria de prática de transgressão disciplinar acima de qualquer dúvida razoável, deve ser considerado inocente e arquivado o FATD.

Questão **8**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre a Juntada de Provas no FATD, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

- a. Muitas vezes quando da juntada de documentos, por iniciativa do próprio encarregado, não se faz necessária a abertura de novo prazo, quando esta juntada ocorrer após as razões de defesa.
- b. Caso o SJD da Unidade constate a ausência de abertura do prazo na juntada de documentos depois das razões finais, deverá anular o FATD integralmente em razão da nulidade que cerceou a defesa e em homenagem ao princípio do contraditório.
- c. Como medida saneadora no FATD, deverá o encarregado possibilitar à defesa oportunidade para se manifestar sobre a juntada de documento ocorrida após a apresentação da Razão Final de Defesa, fazendo para tal constar no Registro dos Fatos Incidentais. ✓
- d. A ausência da abertura de prazo à defesa, quando da juntada de documentos após a razão final de defesa, é causa de nulidade relativa. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

A ausência da abertura de prazo à defesa, quando da juntada de documentos após a razão final de defesa, é causa de nulidade relativa.,

Como medida saneadora no FATD, deverá o encarregado possibilitar à defesa oportunidade para se manifestar sobre a juntada de documento ocorrida após a apresentação da Razão Final de Defesa, fazendo para tal constar no Registro dos Fatos Incidentais.

Questão 9

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre as Oitivas no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. ✓
- O Encarregado deve ter iniciativa de providenciar a oitiva do Ofendido, de outra testemunha ou como resultado de uma diligência forem mencionadas pessoas cuja oitiva possa ser útil para a adequada elucidação do ocorrido. Não precisa ficar esperando o acusado solicitar.
- b. ✓
- Após ouvido o Ofendido, o Encarregado deve providenciar a oitiva das testemunhas de acusação e daquelas solicitadas pelo Acusado em suas razões iniciais de defesa.
- c. ✓
- Testemunhas abonatórias são testemunhas que nada podem acrescentar sobre o fato ocorrido, mas que podem atestar a idoneidade e a boa conduta, seja profissional ou pessoal do acusado.

d.

Diz o Regulamento Disciplinar do Exército, em seu art. 35, que o acusado tem o direito de ser ouvido e a Portaria do Comando-Geral nº 339/2010 estabelece que a oitiva do acusado deve por ele ser solicitada, razão pela qual não se faz necessário e tão pouco é importante oportunizar o Ofendido e acusado a ser ouvido no FATD, bastando as razões de defesa.

e. O ato de não abrir oportunidade ao acusado fazer perguntas não constitui cerceamento de defesa.

f.

Ao final de cada oitiva, seja do Ofendido/Acusador, sejam as testemunhas, não é permitido à defesa, em assunto pertinente à matéria, fazer perguntas por intermédio do encarregado do processo disciplinar.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Após ouvido o Ofendido, o Encarregado deve providenciar a oitiva das testemunhas de acusação e daquelas solicitadas pelo Acusado em suas razões iniciais de defesa.,

O Encarregado deve ter iniciativa de providenciar a oitiva do Ofendido, de outra testemunha ou como resultado de uma diligência forem mencionadas pessoas cuja oitiva possa ser útil para a adequada elucidação do ocorrido. Não precisa ficar esperando o acusado solicitar.,

Testemunhas abonatórias são testemunhas que nada podem acrescentar sobre o fato ocorrido, mas que podem atestar a idoneidade e a boa conduta, seja profissional ou pessoal do acusado.

Questão **10**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre as atribuições do encarregado FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. É quem deve apurar os fatos tidos como transgressão disciplinar da melhor maneira possível, procedendo à instrução do FATD, juntando e produzindo todas as provas necessárias para compreender realmente como se sucedeu o ocorrido. ✓
- b. Antes de instaurar o FATD o encarregado não precisa estudar a documentação de origem para inteirar-se dos fatos e verificar o que deverá ser providenciado durante a elaboração do FATD;
- c. Eventualmente o ENCARREGADO pode fazer o papel de ACUSADOR e DEFENSOR do militar estadual, sendo irrelevante conduzir a instrução do FATD com equilíbrio e isenção.
- d. É possível a própria Autoridade Disciplinar figurar como encarregado do FATD embora não seja usual. ✓
- e. Atualmente, o encarregado poderá ser Oficial, Aspirante-a-Oficial, Cadete, Subtenente ou Sargento, respeitados os níveis hierárquicos dos acusados e a complexidade da apuração. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

É quem deve apurar os fatos tidos como transgressão disciplinar da melhor maneira possível, procedendo à instrução do FATD, juntando e produzindo todas as provas necessárias para compreender realmente como se sucedeu o ocorrido.,

É possível a própria Autoridade Disciplinar figurar como encarregado do FATD embora não seja usual.,

Atualmente, o encarregado poderá ser Oficial, Aspirante-a-Oficial, Cadete, Subtenente ou Sargento, respeitados os níveis hierárquicos dos acusados e a complexidade da apuração

Questão **11**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre a identificação no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. No campo 'IDENTIFICAÇÃO DO MILITAR ESTADUAL APONTADO COMO AUTOR DO FATO', registrar-se-ão o grau hierárquico, o nome completo, o número do registro geral e a Subunidade, se for o caso. ✓
- b. Todos os FATD são cadastrados no SISCOGER, que lhe atribuirá um número sequencial que deve ser utilizado e constar na capa do FATD. ✓
- c. A autoridade competente, ao presenciar ou tomar conhecimento da ocorrência de transgressão disciplinar resultante de apuração em sindicância, ou comunicada por intermédio de parte disciplinar ou outro expediente, a exemplo de informação, representação ou requerimento, deverá pessoalmente expedir ou determinar a um Oficial ou Aspirante-a-Oficial que expeça, ao militar estadual apontado como autor do fato, Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD) ✓
- d. Ciente de um fato tido como transgressão disciplinar, cabe ao Comandante, Chefe ou Diretor, com competência disciplinar, elaborar um DESPACHO simples, determinando a instauração de um FATD e delegando a atribuição de apurar os fatos a outro militar estadual sob sua subordinação, conforme previsto na Portaria do FATD, em no parágrafo primeiro de seu art. 1º. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Todos os FATD são cadastrados no SISCOGER, que lhe atribuirá um número sequencial que deve ser utilizado e constar na capa do FATD.,

No campo 'IDENTIFICAÇÃO DO MILITAR ESTADUAL APONTADO COMO AUTOR DO FATO', registrar-se-ão o grau hierárquico, o nome completo, o número do registro geral e a Subunidade, se for o caso.,

A autoridade competente, ao presenciar ou tomar conhecimento da ocorrência de transgressão disciplinar resultante de apuração em sindicância, ou comunicada por intermédio de parte disciplinar ou outro expediente, a exemplo de informação, representação ou requerimento, deverá pessoalmente expedir ou determinar a um Oficial ou Aspirante-a-Oficial que expeça, ao militar estadual apontado como autor do fato, Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD),

Ciente de um fato tido como transgressão disciplinar, cabe ao Comandante, Chefe ou Diretor, com competência disciplinar, elaborar um DESPACHO simples, determinando a instauração de um FATD e delegando a atribuição de apurar os fatos a outro militar estadual sob sua subordinação, conforme previsto na Portaria do FATD, em no parágrafo primeiro de seu art. 1º.

Questão **12**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00

Não há cerceamento de defesa se o acusado for regularmente notificado para comparecer a oitiva de testemunhas, porém optar por não fazê-lo.

Escolha uma opção:

- Verdadeiro ✓
- Falso

Precedentes: STF

A resposta correta é 'Verdadeiro'.

Questão **13**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00

Sobre questões gerais do FATD

Escolha uma ou mais:

- a. Quando a ação ou omissão não estiverem bem definida, não é necessário instaurar um procedimento de caráter investigativo, como uma sindicância ou um inquérito policial militar, sendo recomendado abrir diretamente um FATD.
- b. O Regulamento Disciplinar do Exército não traz um conceito sobre o que caracteriza transgressão disciplinar
- c. Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe. ✓
- d. O FATD tem por objetivo apurar os fatos que possam caracterizar transgressão disciplinar, viabilizando ao militar estadual apontado como autor do fato todos os meios e garantia capazes de propiciar o exercício da ampla defesa e contraditório de modo a embasar ✓
- e. O FATD deverá ser instaurado apenas quando existir ato/fato determinado que possa caracterizar transgressão disciplinar com autoria certa. Logo, enquanto não existe definição sobre quem seria o autor do ilícito administrativo, não deverá ser expedido um FATD. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.,

O FATD tem por objetivo apurar os fatos que possam caracterizar transgressão disciplinar, viabilizando ao militar estadual apontado como autor do fato todos os meios e garantia capazes de propiciar o exercício da ampla defesa e contraditório de modo a embasar,

O FATD deverá ser instaurado apenas quando existir ato/fato determinado que possa caracterizar transgressão disciplinar com autoria certa. Logo, enquanto não existe definição sobre quem seria o autor do ilícito administrativo, não deverá ser expedido um FATD.

Questão **14**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre a Oitiva do Acusado no FATD, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

- a. Via de regra não necessita o acusado ser notificado para ser interrogado.
- b. A oitiva do acusado muitas vezes não garante o esclarecimento do fato já que ele não pode contraditar os fatos que ocorreram ao longo da instrução processual.
- c. Não ouvir o Acusado garante a Ampla Defesa e Contraditório a sua defesa.
- d. O encarregado deverá sempre oportunizar ao acusado o seu interrogatório depois de produzidas todas as provas, e constando no relato dos fatos incidentais, a dispensa do próprio acusado quando este não considerar importante se manifestar ou entender que suas razões de defesa suprem a necessidade de sua oitiva. ✓
- e. *É a ocasião em que o acusado pode fornecer ao encarregado sua versão pessoal sobre os fatos e sua realização após a colheita da prova permitirá, sem dúvida, um exercício mais completo do **direito de defesa**, inclusive pela **faculdade de permanecer em silêncio** (art. 5º, LVIII, CF)* ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

*É a ocasião em que o acusado pode fornecer ao encarregado sua versão pessoal sobre os fatos e sua realização após a colheita da prova permitirá, sem dúvida, um exercício mais completo do **direito de defesa**, inclusive pela **faculdade de permanecer em silêncio** (art. 5º, LVIII, CF),*

O encarregado deverá sempre oportunizar ao acusado o seu interrogatório depois de produzidas todas as provas, e constando no relato dos fatos incidentais, a dispensa do próprio acusado quando este não considerar importante se manifestar ou entender que suas razões de defesa suprem a necessidade de sua oitiva.

Questão **15**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre o Relato do Fato e Decisões Interlocutórias, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

 a.

Eventual deferimento ou não de testemunhas deverá estar fundamentado. É admissível o indeferimento de pedido de oitiva de provas testemunhais, quando se constatar número exorbitante de testemunhas e que o objeto buscado com os depoimentos diz respeito meramente ao perfil profissional subjetivo do militar estadual (testemunhas abonatórias).

b. Em muitos FATD instruídos, os encarregados denegam a oitiva de testemunhas, produção de provas e requerimentos de documentos, sem, no entanto, fundamentar tal decisão, o que é absolutamente normal, tendo em vista que os atos da Administração Pública prevalecem aos direitos e garantias fundamentais do Acusado.

 c.

Um dos objetivos da Decisão Interlocutória é resolver as questões de direito suscitadas pela defesa, deferindo ou não a produção de provas, inquirições de testemunhas e outros pedidos da defesa de forma fundamentada.

d.

O relato do fato genérico ocorre quando fica evidente uma insuficiente delimitação da conduta do militar estadual, sendo considerado inepto por dificultar sua defesa.

 e.

Quando ficar evidente um relato do fato genérico, sem a clara delimitação de conduta, o processo administrativo deve ser anulado a partir do Relato do Fato Imputado, retornando para o encarregado instruir novamente todo o FATD.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

O relato do fato genérico ocorre quando fica evidente uma insuficiente delimitação da conduta do militar estadual, sendo considerado inepto por dificultar sua defesa.,

Quando ficar evidente um relato do fato genérico, sem a clara delimitação de conduta, o processo administrativo deve ser anulado a partir do Relato do Fato Imputado, retornando para o encarregado instruir novamente todo o FATD.,

Um dos objetivos da Decisão Interlocutória é resolver as questões de direito suscitadas pela defesa, deferindo ou não a produção de provas, inquirições de testemunhas e outros pedidos da defesa de forma fundamentada.,

Eventual deferimento ou não de testemunhas deverá estar fundamentado. É admissível o indeferimento de pedido de oitiva de provas testemunhais, quando se constatar número exorbitante de testemunhas e que o objeto buscado com os depoimentos diz respeito meramente ao perfil profissional subjetivo do militar estadual (testemunhas

abonatórias).

Questão **16**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre os Princípios da Administração Pública, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

 a.

A publicidade consiste na divulgação oficial do ato administrativo para conhecimento público e início de seus efeitos. Por este motivo, devem ser publicados o despacho que determina a instauração do FATD, a decisão da autoridade disciplinar sobre o caso, a nota de punição e qualquer outro ato administrativo relacionado, como decisões de recursos disciplinares.

 b.

O Princípio da Impessoalidade é relacionado ao processo administrativo disciplinar que deve ser instaurado de modo a atender o interesse público e institucional. Portanto, pode a autoridade com competência disciplinar instaurar um FATD para satisfazer interesse próprio ou de terceiros.

 c.

O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.

d.



O princípio da moralidade está ligado à distinção entre o legal e ilegal, justo e injusto, conveniente e inconveniente e entre o honesto e desonesto. O militar estadual deve nortear sua conduta naquilo que está em conformidade com a ética institucional, visando o bem comum.

e.



Os princípios da Administração Pública estão previstos na Constituição Federal, em seu art. 37, e sua observação é fundamental na elaboração de um Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar.

f.



O Princípio da Legalidade é aquele que obriga o administrador público a atuar conforme as normativas legais, estas relacionadas e determinadas de acordo com as exigências do bem comum. Quando atua em desconformidade com estas, pode estar sujeito a responsabilização administrativa disciplinar, civil e criminal.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Os princípios da Administração Pública estão previstos na Constituição Federal, em seu art. 37, e sua observação é fundamental na elaboração de um Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar., O Princípio da Legalidade é aquele que obriga o administrador público a atuar conforme as normativas legais, estas relacionadas e determinadas de acordo com as exigências do bem comum. Quando atua em desconformidade com estas, pode estar sujeito a responsabilização administrativa disciplinar, civil e criminal. ,

O princípio da moralidade está ligado à distinção entre o legal e ilegal, justo e injusto, conveniente e inconveniente e entre o honesto e desonesto. O militar estadual deve nortear sua conduta naquilo que está em conformidade com a ética institucional, visando o bem comum.,

A publicidade consiste na divulgação oficial do ato administrativo para conhecimento público e início de seus efeitos. Por este motivo, devem ser publicados o despacho que determina a instauração do FATD, a decisão da autoridade disciplinar sobre o caso, a nota de punição e qualquer outro ato administrativo relacionado, como decisões de recursos disciplinares.,

O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.

Questão **17**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre as Férias ou Atestado no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

 a. O atestado médico, por si só, é justificativa para sobrestar o FATD. b. ✔

Se o militar estadual alegar que não pode responder ao FATD por doenças de natureza psicológica, psiquiátrica ou neurológica, deve o Encarregado verificar os procedimentos relacionados ao seu encaminhamento à JM para manifestação formal a respeito, seguindo procedimento semelhante ao que ocorre nos Apuração Disciplinar de Licenciamento, Conselho de Disciplina e Conselho de Justificação

 c. Quando o Acusado solicitar férias que não estavam previstas cabe ao Comandante, Chefe ou Diretor decidir se autoriza a saída do militar estadual para férias ou se ele deve aguardar o término da instrução do FATD. ✔ d. O FATD também pode ser iniciado e sobrestado a partir do dia em que o Acusado sair de férias, sendo reaberto quando retornar. ✔ e. Em caso de Férias não há nenhum óbice em aguardar o retorno do Acusado para iniciar o FATD. ✔ f. Diante da incerteza quanto à possibilidade do acusado continuar participando do FATD ou não, nos casos de dispensas médicas prolongadas ou até licenças médicas, o Encarregado pode tomar como referência o resultado da perícia médica realizada pela Junta Médica (JM) que determina o tipo do afastamento do militar estadual, que pode ser afastado apenas do serviço operacional ou ficar com qualquer atividade profissional prejudicada. ✔

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Em caso de Férias não há nenhum óbice em aguardar o retorno do Acusado para iniciar o FATD.,

O FATD também pode ser iniciado e sobrestado a partir do dia em que o Acusado sair de férias, sendo reaberto quando retornar.,

Quando o Acusado solicitar férias que não estavam previstas cabe ao Comandante, Chefe ou Diretor decidir se autoriza a saída do militar estadual para férias ou se ele deve aguardar o término da instrução do FATD.,

Se o militar estadual alegar que não pode responder ao FATD por doenças de natureza psicológica, psiquiátrica ou neurológica, deve o Encarregado verificar os procedimentos relacionados ao seu encaminhamento à JM para manifestação formal a respeito, seguindo procedimento semelhante ao que ocorre nos Apuração Disciplinar de Licenciamento, Conselho de Disciplina e Conselho de Justificação,

Diante da incerteza quanto à possibilidade do acusado continuar participando do FATD ou não, nos casos de dispensas médicas prolongadas ou até licenças médicas, o Encarregado pode tomar como referência o resultado da perícia médica realizada pela Junta Médica (JM) que determina o tipo do afastamento do militar estadual, que pode ser afastado apenas do serviço operacional ou ficar com qualquer atividade profissional prejudicada.

Questão **18**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre os Prazos das Razões de Defesa no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. O Encarregado deve deferir todas as produções de provas solicitada pelo acusado, devendo sua decisão ser descrita no Registro dos Fatos Incidentais, sob pena de ofender direitos do acusado estabelecidos no RDE
- b.
Para o computo deste prazo, deve-se contar o dia do recebimento do relato do fato imputado, contando três dias úteis a partir de então.
- c. ✔
Em caráter excepcional e a critério da autoridade competente, e desde que não haja comprometimento à eficácia e à oportunidade da ação disciplinar, o prazo para apresentação das razões de defesa poderá ser prorrogado até três vezes.
- d.

Caso o militar estadual não tenha interesse em apresentar as razões de defesa, o Encarregado deve providenciar o registro desta manifestação, que pode ser somente digitado pelo acusado em computador, conforme previsto no art. 9º, §2º da Portaria do Comando-Geral nº 339/2006.

e.



Uma vez recebida a razão de defesa, o Encarregado deverá ler o documento entregue pelo acusado e analisar o que foi exposto, pois tais alegações podem influenciar na instrução do FATD, como necessidade de ouvir o acusador, testemunhas referidas, dentre outros.

f.



O prazo para a apresentação das razões de defesa será de três dias úteis, a contar da data do ciente do militar estadual apontado como autor do fato na primeira via do relato do fato imputado.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

O prazo para a apresentação das razões de defesa será de três dias úteis, a contar da data do ciente do militar estadual apontado como autor do fato na primeira via do relato do fato imputado.,

Em caráter excepcional e a critério da autoridade competente, e desde que não haja comprometimento à eficácia e à oportunidade da ação disciplinar, o prazo para apresentação das razões de defesa poderá ser prorrogado até três vezes.,

Uma vez recebida a razão de defesa, o Encarregado deverá ler o documento entregue pelo acusado e analisar o que foi exposto, pois tais alegações podem influenciar na instrução do FATD, como necessidade de ouvir o acusador, testemunhas referidas, dentre outros.

Questão **19**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre o Poder Disciplinar, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

 a.

A competência para instaurar FATD e decidir sobre a responsabilidade administrativa do militar estadual na prática de transgressão disciplinar, inclusive em recursos disciplinares, decorre apenas da relação hierárquica e não funcional, entre subordinado e autoridade disciplinar.

 b.

O poder disciplinar é correlato com o poder hierárquico, mas com ele não se confunde. No uso do poder hierárquico a Administração Pública distribui e escalona as suas funções executivas. Já no uso do poder disciplinar ela controla o desempenho dessas funções e a conduta interna de seus servidores, responsabilizando-os pelas faltas cometidas.

 c.

Do Poder Disciplinar decorre a abrangência da competência disciplinar de cada Comandante, Chefe ou Diretor, conforme previsto no Decreto Estadual nº 7.339/2010 – Regulamento Interno de Serviços Gerais.

d.



Poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração Pública.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração Pública.,

O poder disciplinar é correlato com o poder hierárquico, mas com ele não se confunde. No uso do poder hierárquico a Administração Pública distribui e escalona as suas funções executivas. Já no uso do poder disciplinar ela controla o desempenho dessas funções e a conduta interna de seus servidores, responsabilizando-os pelas faltas cometidas.,

Do Poder Disciplinar decorre a abrangência da competência disciplinar de cada Comandante, Chefe ou Diretor, conforme previsto no Decreto Estadual nº 7.339/2010 – Regulamento Interno de Serviços Gerais.

Questão **20**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre a Mutatio Libelli, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

- a. A Jurisprudência entende que há nulidade em aditamento à denúncia (*mutatio libelli*) quando oferecida a oportunidade para a manifestação da defesa.
- b. Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, deverá permitir que a defesa arrole testemunhas para serem ouvidas, e também, realize novo interrogatório do indiciado, a depender da alteração realizada. ✓
- c. O Novo Relato do Fato Imputado poderá conter modificações mais simples como por exemplo, uma correção de datas, horários ou locais em que ocorreram a transgressão da disciplina. ✓
- d. Poderá também o Relato do Fato Imputado incluir, complementar ou fornecer novo elemento ou circunstância não evidenciado em momento anterior, o que demandará do encarregado muitas vezes, a reprodução de inquirições de testemunhas e repetição de outras provas a fim de fornecer o caminho adequado para a instrução do processo administrativo. ✓
- e. Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, como ocorre no processo penal, ou seja, mudança do quadro fático contestado, deve-se produzir novo Relato do Fato Imputado e reabrir o prazo para a defesa produzir a correspondente resposta, tudo em harmonia com os princípios do contraditório e da ampla defesa, garantidos do mesmo modo no âmbito do processo disciplinar (art. 5º, LV, CF). ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, como ocorre no processo penal, ou seja, mudança do quadro fático contestado, deve-se produzir novo Relato do Fato Imputado e reabrir o prazo para a defesa produzir a correspondente resposta, tudo em harmonia com os princípios do contraditório e da ampla defesa, garantidos do mesmo modo no âmbito do processo disciplinar (art. 5º, LV, CF),

Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, deverá permitir que a defesa arrole testemunhas para serem ouvidas, e também, realize novo interrogatório do indiciado, a depender da alteração realizada.,

O Novo Relato do Fato Imputado poderá conter modificações mais simples como por exemplo, uma correção de datas, horários ou locais em que ocorreram a transgressão da disciplina.,

Poderá também o Relato do Fato Imputado incluir, complementar ou fornecer novo elemento ou circunstância não evidenciado em momento anterior, o que demandará do encarregado muitas vezes, a reprodução de inquirições de testemunhas e repetição de outras provas a fim de fornecer o caminho adequado para a instrução do processo administrativo.

◀ Pesquisa de Avaliação do Curso e
Plataforma

Seguir para...

Certificado de Conclusão ▶